

MONJARDIM, José Francisco

*dep. fed. ES 1900-19059.

José Francisco Monjardim nasceu em Vitória no dia 2 de dezembro de 1870, filho de Alfeu Adelfo Monjardim de Andrade e Almeida, o barão de Monjardim, e de Laurinda Luísa Pinto Pereira. Pertencia a uma família de poderosos políticos do Espírito Santo: seu bisavô, Inácio João Monjardim, foi capitão-mor governador da capitania do Espírito Santo; seu avô, José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, foi vice-presidente da província e deputado provincial numerosas vezes; seu pai foi também vice-presidente da província e deputado provincial e geral no Império, além de presidente do estado em 1891 e um dos mais importantes líderes da política capixaba nas primeiras décadas republicanas.

Estudou em Vitória, onde fez os preparatórios no Ateneu Provincial, e depois ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, mas transferiu-se para a de Recife e por ela se formou em 1891. Voltou a Vitória e abriu banca de advogado, profissão que exerceu por toda a vida, destacando-se como criminalista. Era um homem culto e admirado como excelente orador. Logo se engajou na política, inicialmente como redator do *Comércio do Espírito Santo*, jornal do partido presidido por seu pai, a União Republicana Espírito-Santense (URES). Quando o barão de Monjardim deixou essa agremiação e fundou o Partido Autonomista (PA), tornou-se redator do seu periódico, *O Autonomista* (1894). Em 1895 elegeu-se governador municipal de Vitória e, reeleito, exerceu o cargo até 1898.

Até então participava da oposição, mas em 1896 o Partido Autonomista, presidido por seu pai, fundiu-se ao Partido Republicano Construtor (PRC), no governo desde 1891, daí resultando o Partido Republicano Construtor Autonomista (PRCA). Tornou-se membro do diretório da agremiação, redator do seu jornal, *O Estado do Espírito Santo*, e em 1898 foi eleito deputado estadual. Ao terminar o mandato, foi incluído na chapa governista para o Congresso Nacional, onde exerceu dois mandatos sucessivos de deputado, entre 1900 e 1905. Nesse último ano, no governo de Henrique Coutinho, o ambiente político do estado foi agitado por um conflito entre o presidente estadual e o principal líder do partido

governista, o senador Muniz Freire. O rompimento entre os dois chefes dividiu o partido, as bancadas parlamentares e toda a política capixaba. A família Monjardim ficou ao lado de Muniz Freire, e no ano seguinte, nas eleições para o Congresso Nacional, os munizistas apresentaram uma chapa dissidente, em oposição à do governo estadual, incluindo José Monjardim como candidato à reeleição. Essa chapa foi reconhecida pela Comissão de Verificação de Poderes, ao invés da chapa governista, e José Francisco obteve um terceiro mandato, de 1906 a 1908, agora em oposição ao governo do estado.

Ao longo desses nove anos na Câmara de Deputados, José Francisco Monjardim teve uma atuação relevante ao participar dos debates, apresentar projetos de interesse do estado, compor a Comissão de Obras Públicas, que presidiu, a comissão de revisão do projeto de tarifas e, notadamente, integrar a Comissão dos 21, que elaborou o Código Civil Brasileiro, do qual foi autor da parte referente ao “pátrio poder, tutela e curatela”. Quando, em 1908, o governador Jerônimo Monteiro reuniu a quase totalidade das forças políticas capixabas em torno da fundação de um novo partido, o Partido Republicano Espírito-Santense (PRES), em substituição ao PRC, os Monjardim o acompanharam.

Em 1910, foi criada pelo governo federal a Escola de Aprendizes Artífices em Vitória, e posteriormente sua sede foi construída em terreno doado pela família Monjardim. José Francisco foi nomeado diretor escola, cargo que ocupou durante muitos anos (1910-1932). Esse estabelecimento tornou-se depois a Escola Técnica Federal do Espírito Santo, atualmente Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes).

José Monjardim exerceu o magistério, foi sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, e conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Espírito Santo. Teve participação importante no movimento maçônico capixaba a partir da Loja União e Progresso, fundada em Vitória no ano de 1872, em atividade até hoje, por ele presidida, no cargo de venerável, em 1898, 1899 e de 1915 a 1918.

Faleceu em Vitória, a 11 de agosto de 1944.

Casou-se duas vezes: a primeira em 1896 com Olinda Tovar, com quem teve 12 filhos, e,

após o falecimento desta, com Nadir Martins, com quem teve mais cinco filhos.

Nara Saletto/Fernando Achiamé

FONTES: CÂM. DEP. *Intervenção; Comércio do Espírito Santo* (1896-1897); *Estado do Espírito Santo* (1898-1900); FRAGA, C. *Loja; Jornal Oficial* (1906-1907); MONJARDIM, L. *História*.